

RELATÓRIO SEMESTRAL DE PROGRESSO
1º SEMESTRE DE 2016

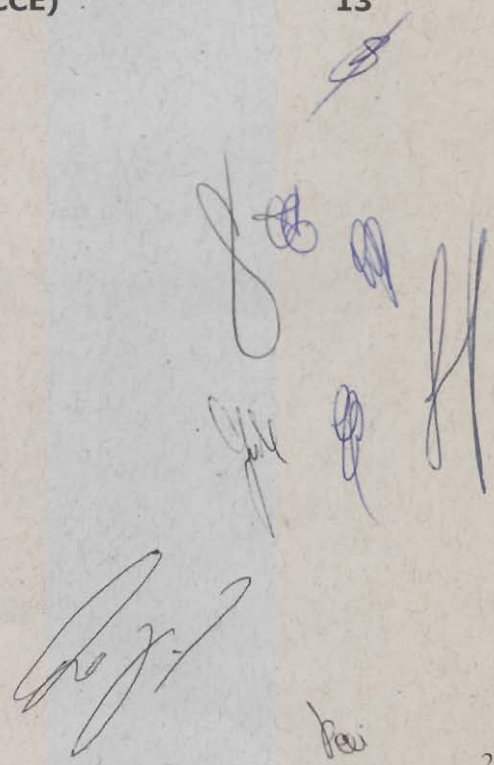
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA PREVENÇÃO
E COMBATE À CORRUPÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA
BRASILEIRA

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2919/OC-BR

Agosto de 2016

ÍNDICE

I. Informações Básicas	3
DADOS BÁSICOS	3
II. Introdução	4
III. Progresso na Execução da Cooperação Técnica	4
a. <u>Descrição da Cooperação Técnica</u>	4
i. <u>Objetivos de Desenvolvimento</u>	4
ii. <u>Componentes</u>	4
IV. Resultados	6
a. <u>Efeitos Diretos</u>	6
b. <u>Externalidades</u>	7
c. <u>Produtos</u>	7
d. <u>Custos do Projeto</u>	10
V. Implementação do Programa	10
a. <u>Análise dos Fatores Críticos</u>	10
b. <u>Medidas Corretivas Adotadas</u>	10
VI. Sustentabilidade	11
a. <u>Análise de Fatores Críticos para sustentabilidade das ações a serem desenvolvidas</u>	11
b. <u>Riscos Potenciais</u>	11
VII. Lições Aprendidas	11
VIII. Cumprimento das Cláusulas Contratuais	12
IX. Aprovação do Comitê de Coordenação Estratégica (CCE)	13



I. Informações Básicas

DADOS BÁSICOS (Montantes em US\$)

Nº da Cooperação Técnica: BR-L1223

Título: Programa de Fortalecimento da Prevenção da Corrupção na Gestão Pública Brasileira - PROPREVINE

Mutuário: República Federativa do Brasil

Agência Executora (AE): Contoladoria-Geral da União

Empréstimo de Cooperação Técnica: 2919-OC-BR

Setor: Reforma / Modernização do Estado-Reforma e Setor Público e Apoio

Data de Aprovação pelo Diretório: 05/03/2013

Data de Assinatura do Contrato: 17/12/2013

Data de Elegibilidade do 1º Desembolso: 01/04/2014

Data Original do Último Desembolso: 17/12/2018

Meses em Execução:

- Desde a assinatura do contrato: 30 (trinta) meses
- Desde a efetividade: 27 (vinte e oito) meses
- Desde a elegibilidade: 27 (vinte e sete) meses

Períodos de Desembolso:

- 1º desembolso: 8/7/2014 (desembolso nº 001)
- 2º desembolso: 18/12/2015 (desembolso nº 003)
- Data original de Desembolso final: 17/12/2018

Montante de Empréstimo:

- Montante Original: US\$ 18,000,000.00 (Dezoito milhões de dólares)
- Montante Atual: US\$ 18,000,000.00 (Dezoito milhões de dólares)
- Pari-Passu: 60% BID e 40% Contrapartida

Desembolsos:

- Montante Atual: US\$ 3.132.637,88 (Três milhões, cento e trinta e dois mil, seiscentos e trinta e sete dólares e oitenta e oito centavos)

Custo Total do Projeto – Original: US\$ 30,000,000.00 (Trinta milhões de dólares)

Houve Redirecionamento de Recursos: NÃO

Investimento de Combate a Pobreza/ Equidade Social: NÃO

Classificação Ambiental: NÃO SE APLICA

Em Estado de “Alerta” no País: NÃO

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

II. Introdução

O presente Relatório tem por objetivo apresentar o andamento das atividades realizadas no âmbito do Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira – PROPREVINE, no período de 01/01/2016 a 30/06/2016, em atendimento ao disposto no Contrato de Empréstimo 2919/OC-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

O Relatório apresenta o demonstrativo dos resultados alcançados, a descrição dos principais problemas ou dificuldades detectadas durante a execução, bem como indicação e avaliação das medidas corretivas e/ou preventivas adotadas no período, de forma a garantir o alcance dos objetivos propostos.

III.. Progresso na Execução da Cooperação Técnica

a. Descrição da Cooperação Técnica

i. Objetivos de Desenvolvimento

O objetivo geral do Programa é contribuir para a consolidação da capacidade institucional da CGU, visando ao fortalecimento da integridade e da eficiência da gestão dos recursos públicos no Brasil.

O Programa tem os seguintes objetivos específicos:

1. Aprimorar as competências internas da instituição e promover a capacitação e a disseminação de conhecimentos a todas as unidades da CGU;
2. Melhorar a interação da CGU com os gestores públicos federais;
3. Ampliar e qualificar as frentes de atuação da CGU em apoio à melhoria da gestão na administração pública.
4. Incrementar a transparência ativa dos gastos públicos nos diferentes níveis de governo;
5. Fortalecer as atividades de controle interno nos níveis de governo estadual e municipal.

ii. Componentes

O Programa está estruturado em 04 (quatro) componentes:

I. Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

O objetivo deste componente é apoiar a modernização e a melhoria do desempenho da CGU, a partir da adoção de boas práticas de gestão de pessoas e do uso intensivo de novos recursos tecnológicos em suas diversas áreas.

O componente financiará a contratação de serviços e a aquisição de bens que permitam:

- (i) Desenhar e implantar uma política de comunicação que promova maior integração e alinhamento institucional;
- (ii) Desenhar e implementar políticas de capacitação;
- (iii) Mapear e modelar os processos de auditoria e fiscalização, e incorporá-los ao sistema de gestão das ações de controle;
- (iv) Desenvolver uma metodologia de dimensionamento do impacto econômico das ações de controle;
- (v) Implantar o portal do Observatório da Despesa Pública;
- (vi) Implantar sistemas de gestão eletrônica de documentos e melhorar os processos de governança de TI; e
- (vii) Implantar um novo modelo de gestão de pessoal baseado na gestão de competências.

II. Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal

O objetivo deste componente é fortalecer a interação da CGU com os gestores públicos federais, com vistas a melhorar o controle dos próprios gestores sobre a gestão dos recursos públicos, a prevenção de irregularidades e a gestão de riscos da ação governamental.

O componente financiará a aquisição de bens e a contratação de serviços que permitirão:

- (i) Desenvolver e implantar num portal eletrônico dez módulos de serviços de apoio à gestão a serem utilizados pelos gestores públicos federais, com o intuito de lhes fornecer informação sobre as melhores práticas e recomendações sobre diversos aspectos relacionados à execução de suas competências;
- (ii) Elaborar e distribuir um guia contendo orientações para a conduta dos servidores públicos;
- (iii) Criar e implantar um portal de ética e de conflitos de interesses; e
- (iv) Desenvolver e validar um Modelo de Gestão de Riscos e apoiar tecnicamente sua implantação em cinco entidades da Administração Pública Federal.

III. Promoção da Transparência e do Controle Social

O objetivo deste componente é desenvolver mecanismos para a promoção da transparência no Governo Federal e para o fomento da participação da sociedade no controle da utilização dos recursos públicos.

Serão levadas a cabo as seguintes atividades:

- (i) Publicação e distribuição de material pedagógico e realização de seminários sobre controle social em nível nacional e estadual;
- (ii) Realização de eventos de capacitação presencial para organizações não governamentais e cidadãos;
- (iii) Desenvolver e administrar cursos à distância para organizações da sociedade civil e cidadãos; e
- (iv) Redesenho e aperfeiçoamento do Portal de Transparência administrado pela CGU para promover a transparência ativa do Governo Federal.

IV. Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais

O objetivo deste componente é ampliar a oferta de instrumentos de apoio aos Estados e Municípios para fortalecer a integridade e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

O componente financiará a aquisição de bens e a contratação de serviços para:

- (i) Implantar portais de transparência nos governos subnacionais;
- (ii) Apoiar os municípios para a implementação e melhoria de suas unidades de controle interno;
- (iii) Constituir uma comunidade de prática para a divulgação de conhecimento relacionado com a integridade e a gestão de recursos;
- (iv) Distribuir publicações técnicas de apoio promovendo capacitação das administrações dos governos subnacionais;
- (v) Realizar seminários de controle interno em nível nacional e subnacional;
- (vi) Desenvolver e ministrar cursos a distância aos gestores das entidades subnacionais; e
- (vii) Apoiar os governos subnacionais tendo em vista a implementação de versões do Observatório da Despesa Pública (ODP).

IV. Resultados

a. Efeitos Diretos

Os indicadores do programa foram coletados no início do ano de 2016, e são os mesmos do Relatório de Progresso do semestre anterior junto às unidades beneficiárias e estão abordados abaixo:

ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO (OD)		
Objetivo de Desenvolvimento (Propósito)	Indicadores Chaves de Efeitos Diretos	
Nº da Cooperação Técnica: BR-L1223	Efeitos Diretos Planejados:	Efeitos Diretos Obtidos em:
	Percentual de recomendações com prazo inicial de cumprimento nos últimos dois anos implementados. Meta: (27)	Obtido: (26,3)
	Índice de clima organizacional* Meta: (2,2)	Linha de Base (2,54)
	Índice de retrabalho - Média de revisões por ação de controle. Meta: (0,44)	Obtido: (0,52)
	Nível de maturidade dos processos relacionados à governança de TI da CGU, segundo a metodologia CobiT* Meta: (2)	Linha de Base: (2)
	Benefícios financeiros anuais decorrentes dos trabalhos da CGU, em Bilhões. Meta: (2,5)	Obtido: (2,384)
	Percentual de gestores que consideram a atuação da Controladoria Geral da União relevante para seu trabalho* Meta: (55)	Linha de Base: (52,73)
	Quantidade de Ouvidoria Federais acessíveis pelo Portal Ouvidoria.gov Meta: (0)	Obtido: (76)
	Quantidade de acessos ao Portal do Cidadão* Meta: 30	Obtido: - O indicador será revisto, uma vez que será descontinuado o respectivo Produto: C3.P7 (STPC) - Portal do cidadão.
	Quantidade de acessos ao Portal de Transparência (STPC), em milhares. Meta: 1000	Obtido: (1.361)
	Unidades Federativas (UFs) com Lei de Acesso a Informação (LAI) regulamentada (STPC) Meta: 24	Obtido: (24)
	Percentual de municípios de mais de 100.000 habitantes com regulamentação da LAI implementada (STPC) Meta: 30	Obtido: (45)
Reformulação. [N] N/A		
Resumo do(s) Objetivo(s) de Desenvolvimento / Classificação (OD):		
[] Muito Provável(MP) [x] Provável (P) [] Pouco Provável (LP) [] Improvável (I)		
[JUSTIFIQUE A OPÇÃO SELECIONADA].		
*Foi mantido o mesmo valor da linha de base, uma vez que não havia previsão de mudança.		

b. Externalidades ocorridas no exercício 2016

4.1. Positivas:

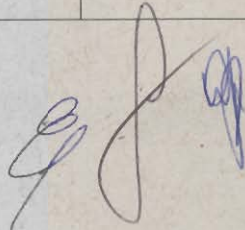
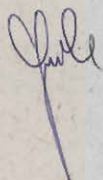
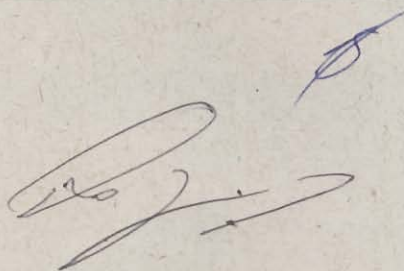
- Adoção integral do processo digital nas aquisições.
- Aperfeiçoamento dos controles internos administrativos no âmbito do Programa.

4.2. Negativas:

- Atraso na aprovação do Plano de Aquisições, que ocorreu em 02/05/2016.

c. Produtos

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)		
Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
1) Componente I: Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU Custo total: US\$ 16,570,000.00 - Contraparte: US\$ 7,370,000.00 - BID: US\$ 9,200,000.00 Despesas realizadas: Fonte Contrapartida: US\$1,585,082.67 (21,51%) Fonte BID: US\$1,957,508.63(21,28%)	Produtos Planejados Ano 3 C1.P2 (CRG) - Reestruturação de salas de videoconferência - 4 (quatro) salas reestruturadas C1.P5 (DGI) - Proposta de metodologia para Elaboração de Instrumentos de Gestão Documental Arquivística – 1 (uma) Metodologia implantada e validada C1.P7 (DIE) – Fortalecimento da estrutura de suporte da DIE - 3 operações de inteligência realizadas por ano. C1.P9 (DSI) – Ampliação da utilização do sistema de gestão eletrônica de documentos – 41 Unidades utilizando o sistema C1.P12 (OGU) - Solução de automação para coleta e agregação de dados na área da Ouvidoria – 1 relatório com a solução realizada	Produtos Obtidos C1.P2 (CRG) - 4 (quatro) salas reestruturadas C1.P5 (DGI) – Em execução. Somente pode ser aferida no próximo relatório C1.P7 (DIE) – não realizado. C1.P9 (DSI) – 41 Unidades atingidas. Acumulado de 58 unidades. C1.P12 (OGU) – realizado.



PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)

Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
<p>2) Componente II. - Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal</p> <p>Custo total: US\$ 5,861,000.00 - Contraparte: US\$ 2,073,000.00 - BID: US\$ 3,788,000.00</p> <p>Despesas realizadas: Fonte Contrapartida: US\$ 103,005.76 (4,97%) Fonte BID: US\$ 65,265.59 (1,72%)</p>	Produtos Planejados Ano 3	Produtos Obtidos
	C2.P1 (CRG) – 1000 (mil) servidores capacitados em procedimentos disciplinares;	C2.P1 (CRG) – Em execução. Somente pode ser aferida no próximo relatório.
	C2.P2 (OGU) - Sistema integrado OGU - demais Ouvidorias – 1 sistema implantado	C2.P2 (OGU) – Realizado.
	C2.P3 (OGU) - Kits de apoio às atividades das ouvidorias - 26 (vinte e seis) kits entregues	C2.P3 (OGU) – Não realizado
	C2.P5 (OGU) - Cursos de capacitação em Ouvidoria - 17 (dezesete) cursos realizados	C2.P5 (OGU) - 16 (dezesesseis) cursos realizados
	C2.P6 (OGU) - Publicações da OGU – 2 (duas) publicações produzidas	C2.P6 (OGU) - 2 (duas) publicações produzidas
	C2.P7 (SFC) – Módulos de serviços da CGU para os Gestores implantados no Portal – 1 (uma) Etapa do Monitoramento realizada	C2.P7 (SFC) – Realizado.
	C2.P9 (STPC) - Sistema de conflito de interesses - Acesso do Sistema via Site institucional do órgão	C2.P9 (STPC) – Em execução.
	C2.P11 (CRG) - Encontro de Corregedorias – 1 (um) encontro realizado	C2.P11 (CRG) - Em execução. Somente pode ser aferida no próximo relatório
	C2.P12 (CRG) - Campanha para divulgação do papel dos órgãos públicos com relação à Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica (meta do ano 2 não alcançada)	C2.P12 (CRG) - Em execução. Somente pode ser aferida no próximo relatório
C2.P13 (CRG) - Kits da Corregedoria entregue nas Regionais da Controladoria-Geral da União – 250 (duzentos e cinquenta) kits entregues	C2.P13 (CRG) – 50% executado.	

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)

Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
<p>3) Componente III - Promoção da Transparência e do Controle Social</p> <p>Custo total: US\$ 4,378,000.00 - Contraparte: US\$ 1,676,000.00 - BID: US\$ 2,702,000.00</p> <p>Despesas realizadas: Fonte Contrapartida: US\$ 415,765.56 (24,81%) Fonte BID: US\$ 434,912.49 (16,10%)</p>	Produtos Planejados Ano 3	Produtos Obtidos
	C3.P1 (OGU) – Estudos sobre implementação das instâncias recursais e efetividade da Lei de Acesso a Informação – 1 (um) Estudo sobre implementação das instâncias recursais e efetividade da Lei de Acesso a Informação.	C3.P1 (OGU) – Não realizado.
	C3.P5 (STPC) - Modelo de gestão e atuação do Executivo Federal na Parceria para Governo Aberto - 1 (um) conjunto de conteúdos e ferramentas disponíveis no site institucional.	C3.P5 (STPC) – Em execução.
C3.P6 (STPC) - Novo Portal da Transparência – 1 (um) Acesso ao portal disponível	C3.P6 (STPC) Em Execução	

PROGRESSO NA IMPLEMENTACAO (PI)

Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
<p>4) Componente IV – Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais</p> <p>Custo total: US\$ 2,780,000.00 - Contraparte US\$ 881,000.00 - BID: US\$ 1,899,000.00</p> <p>Despesas realizadas: Fonte Contrapartida: US\$ 41,417.71 (4,70%) Fonte BID: US\$ 15,323.57 (0,81%)</p>	<p>Produtos Planejados Ano 3</p> <p>C4.P1 (DIE) - Unidades ODP estaduais – 1 (um) ODP instalado. A meta física na Matriz está cumulativa.</p> <p>C4.P2 (OGU) – 9 (nove) kits de apoio às atividades das Regionais da Controladoria-Geral da União</p> <p>C4.P3 (STPC) - Cursos para gestores dos entes subnacionais – 7 (sete) Cursos disponibilizados em plataforma de ensino à distância</p> <p>C4.P5 (STPC) - Sistema de gestão de ações de prevenção - Ferramenta implantada e disponível para acesso pelo corpo técnico da CGU mediante intranet institucional.</p> <p>C4.P6 (CRG) - Cursos para gestores estaduais e municipais na Lei Anticorrupção – 10 (dez) cursos realizados.</p>	<p>Produtos Obtidos</p> <p>C4.P1 (DIE) – 7 (sete) Unidades ODP estaduais instaladas.</p> <p>C4.P2 (OGU) – Não realizado.</p> <p>C4.P3 (STPC) - Não realizado.</p> <p>C4.P5 (STPC) - Em Execução.</p> <p>C4.P6 (CRG) - 5 (cinco) cursos realizados.</p>

PROGRESSO NA IMPLEMENTACAO (PI)

Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
<p>5) Componente V - Gestão do Projeto</p> <p>Custo total: US\$ 296,000.00 -Contraparte: US\$ 0.00 -BID: US\$ 296,000.00</p> <p>Despesas realizadas: Fonte BID: US\$ 274,326.15 (92,7%)</p>	<p>Produtos Planejados</p> <ul style="list-style-type: none"> Gestão de Projetos <p>1 - Aquisição de Ferramentas de gestão de portfólios/projetos</p> <p>2 – Transferências de conhecimento da Ferramenta de gestão de portfólios/projetos</p>	<p>Produtos Obtidos</p> <p>Em Execução.</p>

PROGRESSO NA IMPLEMENTACAO (PI)

Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
<p>6) Avaliações</p> <p>Custo total: US\$ 115,000.00 - Contraparte: US\$ 0.00 - BID: US\$ 115,000.00</p> <p>Despesas realizadas: Fonte BID: 0%</p>	<p>Produtos Planejados</p> <p>Relatórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliação Intermediária Avaliação Final 	<p>Produtos Obtidos</p> <p>Avaliação intermediária – Consultor Escolhido. Contrato em Elaboração. Ainda resta nova não objeção do BID e avaliação da ASJUR.</p> <p>Avaliação Final – 90 dias a partir da data em que tiveram sido comprometidos 90% dos recursos do empréstimo.</p>

d. Custos do Projeto

i) Planejado

O custo total do Programa é estimado em US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares), sendo US\$ 18,000,000.00 (dezoito milhões de dólares) financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e US\$ 12,000,000.00 (doze milhões de dólares) de aporte local, cuja distribuição por fonte de financiamento e categoria de investimento se indica no quadro seguinte:

US\$			
Componentes	Banco	Aporte Local	Total
Componente I - Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU	9,200,000.00	7,370,000.00	16,570,000.00
Componente II - Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal	3,788,000.00	2,073,000.00	5,861,000.00
Componente III - Promoção da Transparência e do Controle Social	2,702,000.00	1,676,000.00	4,378,000.00
Componente IV - Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais	1,899,000.00	881,000.00	2,780,000.00
Gestão do Projeto	296,000.00	0.00	296,000.00
Avaliações	115,000.00	0.00	115,000.00
TOTAIS	18,000,000.00	12,000,000.00	30,000,000.00
	60%	40%	100%

ii) Realizado

Em relação à execução do PROPREVINE, no período que corresponde a 17/12/2013 a 30/06/2016, foi realizado um percentual de 15,39% (quinze vírgula trinta e nove por cento) do total dos recursos.

US\$			
Componentes	Banco	Aporte Local	Total
Componente I – Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU	1.957.508,63	1.585.082,67	3.542.591,30
Componente II – Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal	65.265,59	103.005,76	168.271,35
Componente III – Promoção da Transparência e do Controle Social	434.912,49	415.765,56	850.678,05
Componente IV – Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais	15.323,57	41.417,71	56.741,28
Gestão do Projeto	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	2.473.010,28	2.145.271,70	4.618.281,98
Percentuais em relação a US\$ 18,000,000.00 e 12,000,000.00	13,74%	17,88%	15,39%

Observação: A solicitação de desembolso nº 004, contendo a justificativa de gasto, foi encaminhada à STN dia 17/06/2016, por meio do Ofício nº 12783/2016/COPAV/DIPLAD/SE-CGU, sendo registrada/apropriada pelo BID em 18/07/2016.

V. Implementação do Programa

a. Análise de Fatores Críticos para sustentabilidade das ações a serem desenvolvidas

Como fatores críticos têm a capacidade operativa da instituição para atender às demandas crescentes por ações de melhoria da gestão, transparência, combate à corrupção e controle social, considerando duas vertentes:

- (i) Instrumentalizar a instituição, com vistas a consolidar as ações de sucesso e ampliar sua capacidade responsiva;
- (ii) Criação de novas frentes de atuação, evoluindo os resultados que a instituição pode alcançar no combate à corrupção.

b. Riscos Potenciais

- Limitação de recursos orçamentários e financeiros;
- Heterogeneidade das aquisições;
- Variação cambial.

VI. Sustentabilidade

a. *Análise de Fatores Críticos para sustentabilidade das ações a serem desenvolvidas*

Como fatores críticos têm a capacidade operativa da instituição para atender às demandas crescentes por ações de melhoria da gestão, transparência, combate à corrupção e controle social, considerando duas vertentes:

- (iii) Instrumentalizar a instituição, com vistas a consolidar as ações de sucesso e ampliar sua capacidade responsiva;
- (iv) Criação de novas frentes de atuação, evoluindo os resultados que a instituição pode alcançar no combate à corrupção.

b. *Riscos Potenciais*

- Limitação de recursos orçamentários e financeiros;
- Realocação da mão-de-obra alocada ao projeto;
- Variação cambial.

VII. Lições Aprendidas

1. O planejamento das aquisições e contratações deve ser realizado com antecedência, para que não haja atraso na aprovação do Plano de Aquisições.
2. É necessário realizar reuniões periódicas com as Unidades Beneficiárias envolvidas no Programa, com o objetivo de alcançar as metas estabelecidas. Até o momento, em 2016, foram realizadas 3 reuniões gerais e deliberativas com os gerentes de projetos.
3. Deve haver uma comunicação com as unidades internas responsáveis pelos procedimentos de aquisição e contratação, a fim de que todas as aquisições iniciadas sejam concluídas até o fim do ano. Até o momento, em 2016, foram realizados 5 (cinco) informes orientativos da Coordenação-Geral do PROPREVINE às áreas.

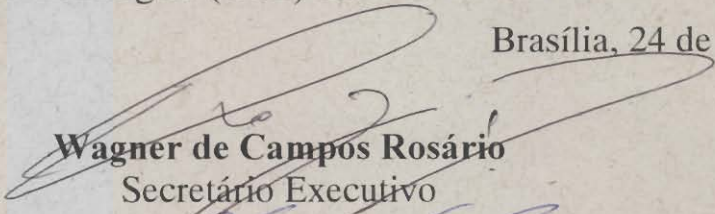
VIII. Cumprimento das Obrigações Contratuais

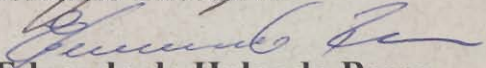
<u>Requisito Contratual</u>	<u>Objeto</u>	<u>Documento de Apresentação</u>	<u>Periodicidade</u>	<u>Data Aprovação BID</u>
Cláusula 1.06 (b) – Juros, das Disposições Especiais.	Pagamento semestral	4ª Parcela: Junho 2016 – Responsabilidade STN.	Semestral	
Cláusula 1.08 – Comissão de Crédito, das Disposições Especiais.	Pagamento semestral	5ª Parcela: Junho 2016 – Responsabilidade STN.	Semestral	
Cláusula 4.02 Principais competências do CEE	(ii)- Revisão e aprovação do POA, PA e dos relatórios semestrais.	O POA e PA 2106, encaminhado ao BID em 15/04/2016, por intermédio do Ofício nº 2.970/2016/DIPLAD//SE/CGU-BR.	Anual	CBR – 1848/2016, de 03/05/2016
Cláusula 5.03 - Demonstrações Financeiras, das Disposições Especiais.	Apresentar os demonstrativos até 30/04/2016	Ofício nº 3411/2016/DIPLAD/SE/CGU de 28/04/2015: Encaminha Relatório de Auditoria do TCU e Notas Explicativas.	Anual	CBR – 2955/2016, de 19/07/2016
Artigo 8.03 – Relatório, das Normas Gerais.	Relatório de Progresso (1º semestre de 2015) – até 31/07/2015.	Ofício nº 20.282/2015/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 28/08/2015.	Semestral	CBR – 3309/2015, de 25/09/2015
Artigo 8.03 – Relatório, das Normas Gerais.	Relatório de Progresso (2º semestre de 2015) – até 28/02/2016.	Ofício nº 6.418/2016/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 12/02/2016.	Semestral	CBR – 1147/2016, de 24/03/2016
Artigo 7.04 (b) – Demonstração de recursos, das Normas Gerais.	Apresentar a LOA – exercício 2016	Ofício nº 5.079/2016/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 18/01/2016.	Anual	CBR – 406/2016, de 29/01/2016

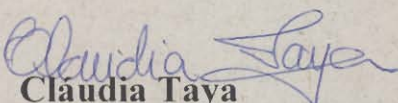
Aprovação do Comitê de Coordenação Estratégica (CCE)

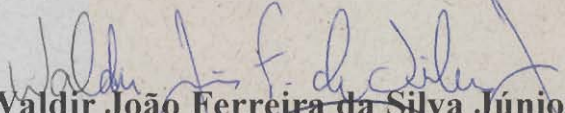
Conforme previsto no art. 3º, inciso III, da Portaria CGU nº 1.309/2013, este Relatório de Progresso (1º semestre de 2016) foi apresentado e aprovado pelos membros do Comitê de Coordenação Estratégica (CCE) listados abaixo:

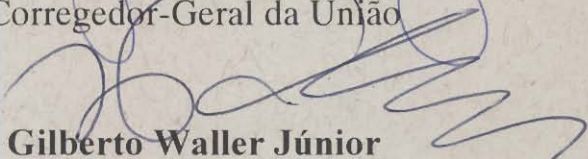
Brasília, 24 de agosto de 2016

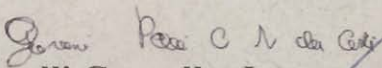

Wagner de Campos Rosário
Secretário Executivo

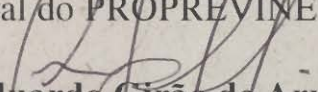

Francisco Eduardo de Holanda Bessa
Secretário Federal de Controle Interno

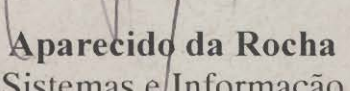

Cláudia Taya
Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção

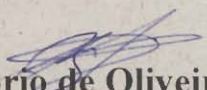

Waldir João Ferreira da Silva Júnior
Corregedor-Geral da União

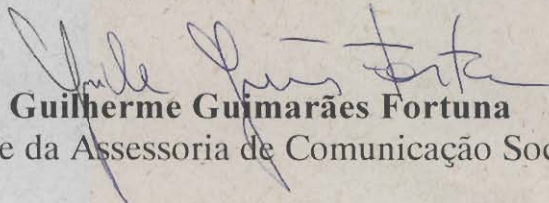

Gilberto Waller Júnior
Ouvidor-Geral da União


Giovanni Pacelli Carvalho Lustosa da Costa
Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional- substituto
Coordenador-Geral do PROPREVINE - substituto


Carlos Eduardo Girão de Arruda
Diretor de Gestão Interna


Henrique Aparecido da Rocha
Diretor de Sistemas e Informação


Gilson Libório de Oliveira Mendes
Diretor de Pesquisas e Informações Estratégicas


Guilherme Guimarães Fortuna
Chefe da Assessoria de Comunicação Social